

Missão do FMI examina gasto do setor público

BRASÍLIA — O Chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Akihiro Ikeda, informou ontem que o principal objetivo da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) que chegou ontem a Brasília, é o de examinar o comportamento do déficit público, ainda este ano. Interessa ao FMI, segundo Ikeda, acompanhar os números finais dos gastos das empresas estatais, do nível de financiamento ao setor público e das transferências fiscais realizadas para o orçamento monetário.

— Os técnicos do FMI se concentrarão muito mais sobre o que ocorreu até agora do que sobre o que irá ocorrer — resumiu Ikeda.

Ele acredita que o déficit global do setor público, em níveis reais, será mantido em 2,7 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), segundo a meta acertada com o FMI. No caso das estatais, ele lembrou que a meta para o próximo ano é de que as despesas de custeio e de investimento não representem mais do que 1,2 por cento do PIB.

Mesmo com a redução de 25 por cento nos gastos de investimentos das estatais, no próximo ano, e a manutenção dos mesmos níveis reais das despesas de custeio, Ikeda afirmou que cortes adicionais na área de custeio são sempre desejáveis, já que permitem a recomposição de parte dos gastos de investimento.

— Qualquer cruzeiro economizado no custeio é um ganho importante para os investimentos — disse Ikeda.

O assessor do Ministério do Planejamento assegurou que os técnicos do FMI não deverão participar da elaboração do orçamento monetário para o próximo ano, já que os grandes objetivos do orçamento já foram definidos junto ao próprio FMI. As metas mais importantes, como ele lembrou, são de contenção em 50 por cento do crescimento da base monetária e dos meios de pagamento, em 1984.

O Governo não espera surpresas, segundo ele, na análise que o FMI fará sobre o comportamento da área monetária este ano.

Ikeda não tem dúvidas de que a base monetária e os meios de pagamento registrão uma expansão inferior à meta de 90 por cento fixada, para este ano.

A eliminação dos subsídios concedidos ao crédito rural na Região Centro-Sul, no próximo ano, é um consenso, segundo ele, na área técnica do Governo. De acordo com o cronograma original, os subsídios para a Região Centro-Sul só seriam integralmente retirados a partir de 1985. Ikeda lembrou que a antecipação desse cronograma tem consequências muito mais a nível psicológico, pelo impacto da medida entre os agricultores, do que a nível técnico.

O assessor do Ministro Delfim Netto confirmou, ainda, que a missão do FMI discutirá a questão das restrições cambiais em vigor no País, cuja eliminação é prevista no acordo assinado entre o Governo brasileiro e o Fundo. Um exemplo de restrição cambial é a taxa cobrada no fechamento da operação cambial de exportação de cacauai.